

IGREJA, ESTADO E SOCIEDADE: PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

*Yara Aun Khoury**

Nossa preocupação com o tema Igreja nas perspectivas de investigação em história social emergiu junto à linha de pesquisa Movimentos Sociais na República Brasileira do Programa de Pós-Graduação de História da PUC/SP, ao estudarmos como a questão dos movimentos populares e do trabalhador foi historicamente pensada e abordada pelas ciências sociais e pelos próprios movimentos. Surgiu também no desenvolvimento de um projeto de pesquisa, no mesmo Programa, que procurava criar alguns instrumentos de apoio para estudos em história social. Em se tratando de uma Universidade católica e que abrigava, além de tudo, acervos de antigas militâncias e onde muitos movimentos articulados à Igreja se forjaram, decidimos realizar esse projeto em torno da temática Igreja e Movimentos Sociais.¹

O referido projeto visava à produção de um guia de pesquisa sobre o assunto, a organização e descrição dos arquivos de alguns movimentos, além da produção de registros orais sobre a memória de militantes e o estudo de material iconográfico abundante no conjunto daqueles arquivos, formando na PUC/SP um centro de referências para o estudo da temática.

* Pós-Graduação em História. PUCSP. São Paulo-SP.

No caminho de nossa reflexão sobre os movimentos populares emergentes no Brasil nas últimas décadas questionamos explicações racionais que, aprisionados à lógica do capital, orientadas por paradigmas de revolução, apontando caminhos proféticos e dogmáticos para a transformação e, neles, um destino histórico para o proletariado, não conseguem — no nosso entender como no de alguns autores, dar conta adequadamente desses sujeitos históricos que vêm adquirindo visibilidade e força em outros espaços sociais, que não os tradicionalmente reconhecidos como de luta política do trabalhador, como o sindicato e o partido. Por outro lado, avaliamos que explicações sistêmicas da política e de outras instituições, visões restritas das relações de poder, tendo no poder político e no Estado seu referencial máximo, não nos oferecem as condições de compreender e explicar as implicações mais amplas e mais sutis da crescente dominação e da exclusão social sobre a vida da população e a emergência desses sujeitos como expressão da resistência nesse processo.

Nesse caminho, divergindo da razão funcional e instrumental que apresentam o trabalhador na cena história sob a ótica da função que ocupa no sistema produtivo e o poder político concentrado no poder do Estado, buscamos referenciais mais adequados à recuperação dos movimentos em sua amplitude, complexidade, diversidade, singularidade e pluralidade, pensando-os como sujeitos vivendo e construindo sua experiência de luta, interpretada como luta política, nas mais variadas dimensões da vida social diária.

Nessa perspectiva, substituímos a noção de estrutura pela noção de processo — designado como experiência, no qual homens e mulheres retornam como sujeitos, como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos. Entendendo a experiência como o processo de constituição do social, que se configura não somente nos sistemas econômicos, nos regimes político-institucionais, como também na maneira como os sujeitos sociais elaboram e reelaboram seus modos de viver, incorporamos mais uma categoria, a cultura. Cultura é aqui compreendida como maneiras pelas quais qualquer geração em qualquer agora forja sua experiência na dupla dimensão que é de construção da luta e de construção, ao mesmo tempo, da própria identidade; luta e identidade que se expressam como valores, imagens, sentimentos, aspirações,

projetos, crenças, arte, trabalho, regras visíveis e invisíveis de regulação social, formas simbólicas de denominação e resistência, leis, instituições, ideologia, tradição, mitos, tudo o que, em sua totalidade compreende, no dizer de Thompson, a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, estruturando-se em termos de classe e dela emergindo a consciência social que se expressa num certo ponto da experiência de um grupo. Dentro dessa visão, os valores, como ainda salienta Thompson, não são “pensados” ou “chamados”, mas vividos e, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição.²

Ao considerarmos o processo de constituição dos sujeitos sociais como um processo de autoconstrução política e cultural tanto quanto econômica, vemos como fundamental dar conta, não só dos modos de viver desses sujeitos, como também trabalhar os fatos acima de qualquer compartimentação. Se, para nós, a dominação e a exploração se constituem não exclusivamente no espaço do trabalho, mas em todas as dimensões do social, cabe centrar as explicações dessa experiência nos mecanismos que asseguram a exploração e a dominação onde quer e como se expressem, ou seja, trabalhar os sujeitos acima de qualquer compartimentação.

Considerando a dimensão de luta política da experiência e pensando as relações de poder como disseminadas no social, passamos a lidar com um conceito ampliado de movimento social, abrindo espaço para compreender, para além dos movimentos organizados, formas difusas de construção da sobrevivência, forjadas no dia-a-dia dos sujeitos sociais e trazendo no seu bojo dimensões sutis de resistência ao processo crescente de colonização dos modos de vida nas sociedades modernas. Passamos também a pensar e a trabalhar a transformação nas rotinas diárias da experiência social, nas práticas informais de grupos e coletividades; sendo construída, enfim, nos embates diários, desde as propostas mais visíveis, organizadas e institucionalizadas, até as mais sutis das manifestações das pessoas, no âmbito das relações familiares, religiosas da escola, do trabalho, das relações de vizinhança, etc.

Agnes Heller, por exemplo, explicando os movimentos emergentes no mundo ocidental nas três últimas décadas, pensa-os como forjados a partir do modo como os sujeitos formulam suas necessidades e dos problemas que se colocam ao emergirem como sujeitos. Apontando os

perigos do processo de colonização crescente da vida diária nessas sociedades, que obstaculiza e/ou desarticula a integração social ao submeter as relações sociais à sua própria lógica, vê nos movimentos populares emergentes tendências para a autogestão, na medida em que constituem uma vontade coletiva, resistindo à lógica racional das relações sociais.³ Se, por um lado, reconhecemos as possibilidades de expressão e afirmação de uma vontade coletiva por esses movimentos, reconhecemos também que os sujeitos históricos, não são livres das determinações sociais, ainda que sejam capazes de reelaborá-las em função do que definem como suas próprias vontades.

Voltando nossa reflexão para a problemática brasileira e reorientando nossa metodologia de trabalho, anteriormente habituada a explicações sistêmicas e instrumentais, mais preocupadas com instituições, tais como Estado e Sociedade, Igreja, organizações sindicais e/ou político-partidárias, assumidos como referenciais de análise a experiência e os sujeitos sociais, atribuindo uma nova conotação à noção de sujeito. Marilena Chauí, referindo-se aos movimentos populares em constituição nos últimos vinte anos no Brasil, na abertura do livro de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena*,⁴ faz-nos atentar para esses sujeitos como coletivos, em oposição à concepção de sujeito individual característica da sociedade burguesa, produzidos e realimentados por relações autoritárias próprias dessa sociedade. Sujeitos coletivos e descentralizados, portanto despojados, das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade como o centro de onde partem as ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações, postas como objetos domináveis pelo intelecto; o novo sujeito é social. Chama-os de sujeito novo porque, no seu interior, indivíduos, antes dispersos e privatizados, passam a definir-se e reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Sader usa a noção de sujeito coletivo no sentido de “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. Nesse sentido, o modo como grupos e comunidades – sujeitos sociais, constroem sua identidade e maneiras como constituem, ou não, uma vontade coletiva passam a ser elementos significativos para o

pesquisador interessado em estudar os caminhos da transformação. Nesses termos, o modo como este autor concebe a emergência dos sujeitos coletivos está subjacente ao modo como pensa a transformação social: esses sujeitos, diz ele, constituindo-se em espaços próprios, criando novos lugares para exercitar-se, oferecem um novo conceito de sociedade, como uma realidade complexa, diversificada, multidirecionada.

Assumindo essa mesma postura, distanciamos-nos da razão funcional e instrumental, cujo referencial básico utilizado no tratamento da classe e dos movimentos é externo aos sujeitos e trabalhamos com o referencial analítico representado pela incorporação teórica do ponto de vista dos sujeitos sociais, dentro da realidade social onde se constituem. Considerando que o processo de constituição dos sujeitos sociais é um processo de autoconstrução política e cultural, tanto quanto econômica, atentamos, na investigação, para seus próprios referenciais, seus códigos, para as necessidades que formulam num dado campo de forças onde se constituem como sujeitos.⁵ Nesse sentido, sujeitos e instituições passam a ser anatomizados em seus processos formadores os mais díspares; passam a ser empiricamente detalhados e não mais deduzidos teórica ou filosoficamente de categorias abstratas estabelecidas *a priori*.

Nesse panorama, ao nos preocuparmos com a Igreja, buscamos recuperar maneiras específicas de sua constituição no Brasil, procuramos refletir sobre os significados de suas propostas e práticas sociais, quer na dimensão da hierarquia, quer na dimensão dos movimentos, no jogo das forças sociais onde se constituem. Adotamos uma compreensão ampla do fazer-se da Igreja e dos cristãos na experiência social, de modo a permitir que se incluam em nossas reflexões as mais diferenciadas manifestações sociais de atuação, ao longo de conjunturas históricas diversas, vivenciadas pela Igreja no Brasil.

Investigar essas trajetórias significa, para nós, recuperar um processo heterogêneo, complexo, multifacetado e, por vezes, contraditório, construído por sujeitos que incorporam e vivenciam a doutrina de maneiras variadas, diferenciadas e conflitivas.

Buscar desvendar as singularidades desse fazer-se requer trabalho minucioso de pesquisa, na tentativa de se recuperar a textura da vida já experimentada, o vai-e-vem das relações pessoais através das quais sujeitos e práticas se constituem. Requer a astúcia de se perceber o que é mais significativo nas problemáticas vividas, interesses conflitantes que se

cruzam no campo de forças onde essas experiências são compartilhadas e, sobretudo as ambigüidades por eles experimentadas.

Em virtude da amplitude do campo de investigação e para darmos conta da complexidade dessa experiência, optamos por fazer um estudo, num primeiro momento a atuação da Ação Católica (ACB) e seus desdobramentos, dos anos 1920 a 1980, privilegiando a Juventude Operária Católica (JOC).

Considerando que esses movimentos se constituem em determinados espaços sociais e adquirem visibilidade expressa através de linguagens variadas e de ações características, procuramos delinear esses espaços, linguagens e ações, destacando neles temas, projetos, valores, símbolos significantes e significativos. Para tanto todas as formas de registros (textuais, iconográficos, audiovisuais) que expressam essa experiência nos interessam como materializações carregadas de significados que mediarão o fazer-se desses movimentos e que se tornaram formas de seus membros se identificarem, reconhecerem seus objetivos, seus inimigos, o mundo que os envolve.

No desenrolar da pesquisa, algumas temáticas e imagens foram se tornando mais significativas. Se começamos por observar a JOC no âmbito de movimento organizado, com práticas visíveis e facilmente reconhecíveis, fomos, aos poucos, aprendendo e trabalhando maneiras como essa vivência militante contribuiu na construção de dimensões do viver urbano, entendidas a partir da emergência histórica de uma nova natureza e significação do trabalho, que se traduz em profundas alterações na distribuição do tempo, no uso dos espaços, na organização de práticas, nas relações entre grupos e forças sociais. Esse movimento de jovens trabalhadores, promovido e orientado pela Igreja católica, nos anos 1930 a meados dos anos 1950, por exemplo, atribui um significado muito especial à preservação da moral e dos princípios religiosos, à construção de uma sociedade "mais humana" — entende-se, mais dentro dos princípios da dignidade, da sanidade moral (*mens sana in corpore sano*), da harmonia, da caridade e da justiça social. Nessa perspectiva, imagens e valores como trabalho, família, educação, saúde e "lazer sadio" são trabalhados com muita profusão, abordados sob vários prismas e articulados entre si e com outros valores e imagens semelhantes, em construção por outras forças sociais, entre industriais, intelectuais

liberais, educadores, higienistas, além de técnicos a serviço do governo e de organizações empresariais.

Retomando o conceito ampliado de movimento social, exposto inicialmente, e pensando e trabalhando a transformação nas rotinas diárias da experiência social, passamos a observar maneiras como a militância jocista, ajuda a construir o trabalhador ideal para essa sociedade, o jovem responsável, o futuro chefe de família com as qualidades necessárias para a manutenção dessa instituição — a família, como um dos pilares básicos de sustentação da ordem e do progresso, tal qual vem sendo idealizados. Sendo o jocismo um movimento preocupado em formar jovens lideranças operárias cristãs, que atuam nos locais de trabalho, nas famílias, nos bairros, como jovens atentos a princípios e valores espirituais e morais, dispostos a trabalhar na construção de uma sociedade onde o homem se dignifica pelo trabalho, pela honestidade, pela responsabilidade e pela solidariedade, é interessante observar como, por esses vieses militantes, se constroem e difundem modelos ideais de família, de trabalhador, de juventude. Sugerindo e praticando regras de convívio familiar e social, agem como instrumentos privilegiados de normatização de procedimentos e de comportamentos, ajudando a plasmar dimensões do viver urbano, cruzando-se e interseccionando-se com outros sujeitos e práticas em emergência na sociedade em construção.

Se, por um lado, a Igreja, ao arregimentar a juventude através da Ação Católica, consegue envolver muitos jovens ao seu redor, preparando-os para enfrentar novos valores em emergência na sociedade moderna e ideologias materialistas em expansão pelo mundo ocidental, dos quais diverge, por outro, contribui na construção de outros valores nessa mesma sociedade. Se, por um lado, a Igreja coopta muitos jovens, por outro, setores entre eles, vivendo sua militância no trabalho, no sindicato, no bairro e na paróquia, enfrentando novos problemas, convivendo com outros companheiros, passam a formular novas necessidades; desenvolvem um outro olhar sobre a sociedade, sobre a Igreja e sobre seu papel nelas. Por vezes contam com o apoio de membros da hierarquia, por vezes não.

Vivenciando uma experiência conflituosa, mas muito rica, o movimento de JOC merece a atenção de pesquisadores e demais interessados, assim como outros movimentos da ACB e tantos outros que

se forjaram no seio da Igreja no Brasil ao longo desses quatro séculos. Estudá-los e avaliá-los significa não só conhecer um passado rico, como também dialogar com esse passado com perspectivas ao futuro.

NOTAS

1. Projeto "Igreja e Movimentos Sociais: atuação dos cristãos no Brasil República, 1920-1980", desenvolvido pelas professoras Déa Ribeiro Fenelon, M. do Pilar de Araújo Vieira e Yara Aun Khoury, junto à linha de pesquisa Movimentos Sociais no Brasil República, posteriormente desdobrada nas linhas Cultura e Cidade e Cultura e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação de História da PUCSP. Este projeto visa à recuperação, preservação, organização e divulgação da memória de movimentos ligados à Igreja no Brasil, assim como à produção de referências para estudos dentro da temática. De 1986 a 1992 esse projeto foi financiado pelo CNPq e, em 1989/90, contou com apoio financeiro da FINEP.
2. Cf. THOMPSON, E. P. "O termo ausente". In *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
3. Cf. HELLER, Agnes; FEHER, Ferenc. *Anatomia de la Izquierda Occidental*. Barcelona: Península, 1985.
4. Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
5. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. "Anotações em torno do tema condições de vida". In SILVA, Luiz Antônio Machado da. (org.). *Condições de vida das camadas populares*. *Debates Urbanos*, n. 6, p. 21-58, Rio de Janeiro, 1982.